

Aceleração espanta a repetência



Com esse processo se pode ajudar a redesenhar o futuro das novas gerações

P principal responsável no Brasil pela falta de vagas nas séries iniciais do ensino fundamental e pela evasão escolar, o problema da repetência está sendo enfrentado com uma série de ações eficazes. Uma delas é o Programa de Aceleração de Aprendizagem. Criado pelo Ministério da Educação em 1997, ele procura nivelar o aluno à série correspondente à sua idade, permitindo-lhe saltar com segurança várias classes em um ano de estudos.

A iniciativa propagou-se por todos os Estados, atraiu parceiros e indica que podemos vencer a cultura do fracasso escolar e todas as perdas e danos que traz ao País. Era hora. Por conta dessa fracassomania, agora em xequê, milhões de alunos introjetavam uma derrota que não era sua e deixavam a escola, milhares de professores se frustravam em seu ofício e os governos desperdiçavam vastos recursos financeiros e técnicos.

Dados coletados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), em 1996, praticamente impuseram a aceleração. Eles mostravam que os alunos levavam em média 11 anos para concluir as oito séries do ensino fundamental. Muitos gastavam 15 anos, o que acentuou a urgência do programa, agora tomando proporções nas redes de ensino.

Esse intolerável cenário fomentador do chamado "caldeirão social", responsável em boa parte pelo cinturão de pobreza e violência nas cidades, é enfrentado hoje com a aceleração, especificamente, em cerca de um quinto dos municípios brasileiros. Cerca de 800 prefeituras adotaram essas turmas e, de acordo com o Inep, o número de alunos nelas atendidos chegou a 1,2 milhão no ano passado, devendo aumentar muito es-

te ano. Quando não saltam de vez todos os anos perdidos, os alunos avançam um, dois anos, mas recuperam a auto-estima e prosseguem estudando, os professores se enriquecem ao descobrir novas formas de ensinar e o sistema se credencia, oferecendo vagas à demanda crescente.

No Paraná, por exemplo, com o Projeto Correção de Fluxo, criado em 1997, a Secretaria de Educação do Estado está obtendo excelentes resultados. Segundo a coordenação do projeto, a maioria dos 219.114 alunos matriculados em turmas de aceleração no biênio 97/98 avançou nos estudos até onde sua idade e seu nível de aprendizagem lhes permitiram - 30% saltaram direto para a série correspondente à sua faixa etária. Somente 1,3% do total de alunos não progrediu nos estudos, assim mesmo não por incapacidade, mas por excesso de faltas. Mais do que isso, o projeto provocou sensível alteração nos indicadores de produtividade da rede estadual, reduzindo em mais da metade a reprovação nas classes da 5.ª à 8.ª série da rede regular (excetuando as turmas de aceleração). Isso ocorreu porque os professores passaram a utilizar a mesma abordagem metodológica e a variação de procedimentos usadas na aceleração. A reprovação caiu progressivamente de 16,7% (em 1996) para 7,9% (em 1997) e 7,3% (em 1998). Além disso, houve, em consequência, uma diminuição de um terço nas taxas de abandono nas últimas classes do ensino fundamental.

No entanto, os resultados paranaenses e de outras redes de ensino estão sendo levantados pela primeira vez no Censo Escolar deste ano. Logo teremos um raio-x nacional do programa, seus êxitos e dificuldades.

Mesmo que o sucesso da aceleração, verificado preli-

minantemente em relatórios enviados ao MEC, sejam visíveis em vários sistemas de ensino, temos claro que estamos no começo. A difusão maciça do programa se faz ainda necessária, até porque a defasagem idade-série deve continuar alta. Como mostrou o Censo Escolar de 1998, ela atingia 46,7% dos alunos do fundamental e 53,9% dos estudantes do ensino médio. Isso significa que a imensa maioria dos 16,7 milhões de alunos repetentes, do total de 35,8 milhões do ciclo inicial, continuarão atrasados - 8,5 milhões têm 15 anos de idade ou mais e já poderiam estar no ensino médio. Neste ciclo, a defasagem, também alta, afetava 3,7 milhões dos 6,9 milhões de jovens matriculados na rede pública e privada do País.

Evidentemente, a questão ainda é complexa, em particular quanto à evasão escolar, decorrente até mesmo do fato de muitas famílias terem de recorrer ao trabalho dos filhos para se sustentar. Também esse ponto, entretanto, conta com soluções. Em junho, começamos a liberar recursos do Programa de Renda Mínima, um apoio financeiro a famílias carentes em 3.355 municípios. Ele potencializa os efeitos dos programas de bolsa-escola que se espalham no País e ainda de outras iniciativas importantes, como a dos Juizados da Infância e da Adolescência, que têm cobrado responsabilidade dos pais pela matrícula dos filhos, ou ainda por obra da mobilização social pela educação, que avança no Brasil.

Por seu turno, o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério tem sido capaz, compreensivelmente, de fomentar a matrícula e a escolarização.

Ações diversificadas podem universalizar o sucesso escolar no curto e médio prazos, até porque há vagas suficientes para todos os meninos e meninas, caindo a repetência. Propagamos isso desde 1997, a partir da campanha Toda Criança na Escola, quando atraímos 1,6 milhão de novos alunos, redu-

zindo para 3,5% o percentual de crianças de 7 a 14 anos fora das salas de aula. Eram 9,5% há três anos e 7% há dois anos.

Um programa revolucionário como é o da aceleração mexe com antigas concepções e estruturas de ensino. Mas prova que pode dar certo, porque, em primeiro lugar, é o professor, e não o aluno, o principal responsável pelo sucesso ou insucesso escolar. Depois, porque a aceleração, que deixará de ter caráter emergencial à medida que o êxito cresça nas classes regulares, obedece a uma metodologia que promove com responsabilidade. Terceiro, porque o aluno consegue, sim, aprender rápido, se contar com professores dispostos a superar limites pedagógicos e se desfrutar da viva colaboração da família.

As duas propostas pedagógicas de aceleração utilizadas hoje foram encomendadas à Fundação para o Desenvolvimento da Educação, da Secretaria de Educação de São Paulo, e ao Centro de Ensino Tecnológico do Brasil.

Aprovadas, viraram um kit em CD-ROM, distribuído pelo MEC aos sistemas de ensino. As redes são livres para adequar as propostas. Mas se comprometem a eliminar a defasagem idade-série, a encaminhar relatórios ao MEC e a mobilizar a família e os amigos do estudante. Pari passu, enviamos recursos e material didático, treinamos professores, acompanhamos a ação e avaliamos os resultados.

Ao final, no entanto, o mérito está com o professor. Ele é a principal figura do processo. Ao lado dele, porém, toda a equipe pedagógica tem a chance de repensar o ensino, o currículo e o sistema de acompanhamento e avaliação. A aceleração possibilita a todos aperfeiçoar o ofício de bem ensinar e é um procedimento em consonância com os princípios da universalização do ensino com equidade e qualidade.

Pode-se, com ela, ajudar a redesenhar o futuro das novas gerações.

■ Paulo Renato Souza é ministro da Educação